

¹AS MULHERES NA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA REGIÃO DE ARARAQUARA: ROMPENDO INVISIBILIDADES

Larissa Sapiensa Galvão Leal¹

Luiz Gustavo Ennes Pizzaia²

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

Resumo

Nesta proposta de trabalho pretende-se analisar qual a importância da mulher agricultora para a construção da agroecologia como estratégia para a agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável, considerando que existem muitos trabalhos relacionados às mulheres no meio rural, mas poucos que estudam a participação das mulheres na produção agroecológica. Serão identificados os grupos de Organização de Controle Social – OCS envolvidos com a produção orgânica/agroecológica na região de Araraquara, especificamente nos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre e, dentro deles, destacar o papel desempenhado pelas mulheres, compreendendo de que forma as atividades prioritariamente executadas por elas podem ser fundamentais para a segurança e soberania alimentar, geração de renda e bem estar para a família, conservação da agrobiodiversidade e da construção de uma forma mais igualitária para a tomada de decisões, evidenciando assim as questões de gênero no trabalho rural. Nesse contexto serão estudados agroecossistemas de referência ou em transição agroecológica, utilizando como metodologia entrevistas e questionários semiestruturados. Serão entrevistadas também as mulheres consideradas pioneiras nos assentamentos, a fim de identificar a possível proximidade da produção de quintal mantida por elas com a Agroecologia. Para isso será utilizada a metodologia “Bola de Neve”, que consiste em identificar uma pessoa com o perfil necessário para a pesquisa e em seguida, solicita-se que a pessoa indique novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Agroecologia; Trabalho rural; Desenvolvimento sustentável.

¹Zootecnista - UNESP FCAV Jaboticabal, mestranda no PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA; ²Engenheiro Agrônomo – UNESP FCAV Jaboticabal, MBA Gestão Ambiental – UNIARA, mestrando no PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA; ³Professora Doutora em Sociologia Rural e coordenadora do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar as relações de gênero predominantes nos sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica existentes na região de Araraquara, dando continuidade aos projetos realizados pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia-NEA e o Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural-NUPEDOR, vinculados ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara-UNIARA.

A discussão sobre as questões de gênero vem ganhando espaço na Agroecologia, tendo sido afirmada como uma das diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), contribuindo na redução das desigualdades de gênero por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

Entretanto, ainda são poucos os estudos existentes sobre a temática, merecendo destaque os trabalhos de Emma Siliprandi, a qual estudou a trajetória de vida de mulheres agricultoras que participam ativamente de movimentos agroecológicos no Brasil, identificando o protagonismo destas mulheres nas mudanças sociais no campo que promovem a produção agroecológica no âmbito local e comunitário, ao mesmo tempo em que pressionam por mudanças políticas mais gerais. Em vários textos que definem as premissas e os métodos da agroecologia encontram-se referências à existência das desigualdades de gênero como fontes de preconceitos contra as mulheres e como aspectos que deveriam ser considerados na elaboração dos seus programas de pesquisa e propostas de intervenção. No entanto, não existem aprofundamentos sobre essa problemática, que é fundamental para o entendimento de como se expressam as relações de poder no meio rural, e que determina, por exemplo, o vínculo de uma parcela significativa da população camponesa (as mulheres) aos meios de produção e aos recursos ambientais. As relações de poder determinam igualmente as condições de participação dos homens e mulheres nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade, e, portanto, na construção do desenvolvimento rural sustentável (SILIPRANDI, 2015).

Ao averiguar a situação atual das trabalhadoras rurais, nota-se que o problema da discriminação de gênero atravessa décadas e manifesta-se independente do setor da atividade e do contexto histórico e socioeconômico.

A desigualdade de gênero no mundo rural se expressa nas relações de trabalho, em que as atividades realizadas pelas mulheres são reconhecidas simplesmente como “ajuda” decorrente do exercício do seu papel de esposa. Em alguns contextos, muitas mulheres ainda não se reconhecem como trabalhadoras rurais por incorporarem a visão corrente de que o trabalho feminino e não remunerado se caracteriza como complementar, o que revela a “naturalização” da divisão sexual do trabalho. Portanto, a atividade feminina é descaracterizada como trabalho, não tendo o mesmo valor conferido ao trabalho masculino (LEAL, 2011).

Paulilo (2016), em seu livro “Mulheres Rurais”, num estudo sobre fumicultores no Sertão da Paraíba, apresenta a distinção feita por eles entre trabalho “cansativo” e “pesado”. A lavoura se enquadra na primeira categoria, mas não na segunda: exige muito trabalho, mas todo ele é “leve”. Trabalho “pesado” é o trabalho que exige força física e é sempre feito por homens. Essa definição de trabalho ajuda a explicar o baixo preço pago ao trabalho realizado por mulheres no campo. Apesar da sutileza empregada na exploração da mão de obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, recebem menos.

Conceitua-se divisão sexual do trabalho como sendo a forma em que se divide o trabalho social resultante das relações sociais entre feminino e masculino. Histórica e socialmente construída, a divisão sexual do trabalho propõe a atribuição ao gênero masculino, tarefas ligadas ao âmbito produtivo e de valor social, enquanto ao feminino são designadas as tarefas de reprodução (HIRATA e KERGOAT, 2007).

É nessa esfera que Melo (2002) afirma que o trabalho da mulher na agricultura familiar não é reconhecido, supostamente não gera valor econômico e social, ou seja, é considerado como gratuito. Enquanto ao homem são relacionadas às atividades produtivas.

A invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura é citada por Emma Siliprandi, que diz que essa invisibilidade está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e a da unidade produtiva socialmente é imposta ao homem.

Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar (incluindo a transformação de produtos e o artesanato) -, somente são reconhecidas, ainda assim com status inferior, aquelas atividades

consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc.). (SILIPRANDI, 2015, p. 101)

Segundo Pimbert (2009), as mulheres constituem a maior força de trabalho dos sistemas alimentares locais e contribuem de maneira significativa para a segurança alimentar e para a economia local. Há estreita relação entre as mulheres e a soberania alimentar, pois são elas as responsáveis pela maior parte do trabalho de produção e comércio de alimentos, e estão diretamente envolvidas com a alimentação da família. As mulheres estão profundamente implicadas na produção de alimentos para o autoconsumo, e assim, são elas que detêm grande parte dos conhecimentos tradicionais sobre as plantas, sementes e técnicas de plantio.

Karan (2004) verificou no decorrer de sua pesquisa que a mulher que está participando da agricultura orgânica desempenha um papel fundamental em todo o processo. No campo da produção ela tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo em que desafia a produção convencional ao pôr em prática saberes adquiridos com outras gerações. Muitas vezes é ela quem reintroduz sementes há muito guardadas nas próprias hortas domésticas, testa formas e preparados no cultivo, recupera a cooperação em todas as esferas da produção. É ela que tem garantido a sociabilidade no mundo rural, atuando no espaço privado – na família, na vizinhança, na religiosidade. Ela silenciosamente faz as articulações e ‘costuras’ do tecido social da unidade familiar, da família extensa e da comunidade. Então, conhecer e desvendar o seu papel em processos de novas ruralidades é entendido como fundamental.

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de suas atividades produtivas as bases para a segurança alimentar. (PACHECO, 2002, p. 20)

As mulheres ocupam oficialmente 38% da agricultura orgânica produzida no Brasil, e assumem o papel protagonista na agroecologia, sob as influências dos conhecimentos extraídos “da bíblia” da cientista Ana Maria Primavesi. A pesquisadora da Embrapa Amazônia Ocidental, Elisa Wandelli, atribui aos ensinamentos de Primavesi,

de quem grande parte dos pequenos agricultores que cultivam os produtos orgânicos são discípulos, a presença marcante das mulheres na agricultura orgânica (AAO).

A adoção do sistema produtivo da agricultura agroecológica merece destaque, pois se trata de uma das estratégias da agricultura familiar para a manutenção do espaço rural, sendo compreendido como espaço físico e também de particularidades como identidade e modo de viver no campo.

É importante esclarecer as diferenças entre os conceitos de produtos orgânicos e produtos de base agroecológica, visto que agroecologia e a agricultura orgânica não podem ser vistas como sinônimos.

A agricultura orgânica tem por princípio estabelecer sistemas de produção com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, que atenda às expectativas do consumidor (PENTEADO, 2000).

A necessidade em atender às demandas contínuas de mercado leva à concentração do mercado em alguns produtos. Esta pressão de mercado favorece o estabelecimento de sistemas orgânicos muitas vezes monoculturais, cujo objetivo principal é a busca constante de aumento de produtividade, através do aporte de insumos alternativos externos à propriedade. Estes exemplos privilegiam fatores econômicos, em detrimento de questões agrônomicas, ecológicas e sociais, desconsiderando o princípio agroecológico de equilíbrio entre estes fatores, expondo assim ao risco a sustentabilidade do sistema.

A Agroecologia, por sua vez, se desenvolve em razão do padrão convencional de agricultura ter se mostrado insustentável, não só pelo aumento da pobreza e o aprofundamento das desigualdades, mas também pelos graves impactos ambientais negativos. Para Altieri (1989), a Agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Para Stephen Gliessman, a Agroecologia nada mais é do que a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2000).

O agroecossistema é definido, por sua vez, como um ecossistema modificado pela ação do homem por meio de atividades agrícolas. Entende-se, portanto, que sempre haverá uma intervenção nos ecossistemas com a interferência do ser humano no ambiente natural; mas, ao se respeitarem os processos ecológicos, espera-se que a capacidade de regeneração do ambiente seja potencializada, aproveitando-se as interações positivas que possam ocorrer (ALTIERI, 2002).

Assim, a Agroecologia através de uma metodologia própria e tendo os agroecossistemas como unidade de estudo, procura compreender o funcionamento e a natureza dessas unidades, buscando uma maior biodiversidade do sistema e integrando princípios ecológicos, agronômicos e socioeconômicos na compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

Portanto, toda produção de base agroecológica é orgânica, mas não podemos afirmar que todo orgânico é agroecológico. Logo, quando se observa uma produção agrícola com práticas ecológicas, mas que promove o esgotamento de recursos hídricos, não estabelece novos arranjos produtivos para os produtores locais e/ou, não valoriza a mão de obra no contexto social onde sua produção está inserida, mesmo que esta produção em algum momento adote prática ambientalmente correta, não podemos afirmar que esta produção seja agroecológica.

Siliprandi (2015) aponta alguns fatores que favoreceram a melhoria da situação das mulheres nos sistemas de produção agroecológicos encontrados em estudos de pesquisas acadêmicas realizadas a partir dos anos 2000, como: a valorização das atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro do sistema de produção familiar a partir da Agroecologia; a mudança radical no modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, além de valorizar uma característica atribuída às mulheres (o “cuidado”); a participação de todos os membros da família no processo de transição para a Agroecologia, quebrando o monopólio gerencial do homem; as pressões por parte dos movimentos de mulheres rurais para a maior participação de mulheres nos espaços sociais de discussões sobre a Agroecologia e nos espaços públicos como as feiras, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desempenhado por elas; e a possibilidade de obtenção de renda, recebida por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho permitindo avanços quanto à sua autonomia.

É nessa esfera que se almeja, além de proporcionar a compreensão e reflexão sobre os processos constituintes do funcionamento do agroecossistema, possibilitar o entendimento e a importância da figura das mulheres no campo, como agentes protagonistas da transição orgânica/agroecológica e, sobretudo da transformação social, tendo como território de estudo os assentamentos e propriedades rurais existentes na região de Araraquara.

A Agroecologia não cumprirá seu propósito de ser uma referência para o desenvolvimento rural equitativo e sustentável se não se ocupar, na teoria e na prática, do reconhecimento das contribuições das mulheres e das questões que dificultam a sua participação como sujeitos plenos de direitos, tanto na vida social como na atividade produtiva e na construção do conhecimento agroecológico (AGUIAR; SILIPRANDI; PACHECO, 2009, p. 48).

Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é estudar o papel das mulheres em sistemas produtivos orgânicos/agroecológicos na região de Araraquara, Estado de São Paulo, analisando a participação das agricultoras em sistemas produtivos orgânicos formalizados por meio de OCS, assim como de mulheres em processo de transição na produção agroecológica e também das que são consideradas pioneiras nos assentamentos existentes, fazendo um paralelo com as produções dos “quintais” e a manutenção dos saberes tradicionais, investigando as formas de proximidade entre conhecimentos tradicionais, a produção de quintal e a agroecologia, buscando saber em que medida a participação das agricultoras familiares em atividades e espaços orientados por princípios agroecológicos têm causado redefinições e novos significados no exercício de seus papéis.

Metodologia

Como metodologia, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa através de observação e entrevistas, a fim de captar as inter-relações compreendidas entre a Agroecologia e as questões de gênero estabelecidas. De acordo com Gaskell (2008), este tipo de entrevista ajuda na percepção do mundo social das pessoas, permitindo um entendimento da realidade do entrevistado. Esse mesmo autor coloca ainda que o emprego da entrevista qualitativa em profundidade é o ponto de partida para mapear e compreender o mundo dos respondentes e fornecer os dados básicos para o desenvolvimento e

compreensão detalhada das relações entre os atores sociais e a situação estudada. Essa compreensão pode fornecer informações contextuais esclarecedoras de achados específicos e inicialmente sem sentidos (GASKELL, 2008).

A pesquisa qualitativa requer do entrevistador atitudes como abertura, flexibilidade, capacidade de observação e interação com o grupo pesquisado, além de possibilitar fatores positivos, condições de readaptação e correção dos instrumentos da pesquisa durante o transcorrer da mesma e a possibilidade de revisão dos objetivos da investigação (MINAYO, 2000).

A aproximação dos pesquisadores com as comunidades envolvidas com o estudo, uma das características da pesquisa qualitativa se dá com o trabalho de campo que se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação daquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar conhecimento novo, partindo-se da realidade em estudo (NETO, 1994).

Neste sentido serão realizadas visitas às agricultoras pertencentes aos grupos de Organização de Controle Social existentes no Projeto de Assentamento – P.A. Bela Vista do Chibarro, denominadas OCS Orgânicos Bela Vista e Grupo Orgânico Familiar Chico Bento, no município de Araraquara, a OCS Orgânicos Monte Alegre, formada por produtores do Assentamento Monte Alegre, cujo território abrange três municípios, Araraquara, Matão e Motuca e também serão visitadas as agricultoras pertencentes ao Grupo Orgânicos Fortaleza, no município de Bocaina.

Participarão também da pesquisa agricultoras que pertencem a grupos que estão em processo de transição agroecológica, a fim de identificar quais os incentivos e as dificuldades encontradas nessa fase. Serão identificadas as mulheres consideradas pioneiras nesses assentamentos com o objetivo de analisar a proximidade da produção de quintal mantida por elas com a agroecologia. Para isso será utilizada a metodologia de pesquisa denominada “Bola de Neve”, uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. Este método consiste em identificar uma pessoa com o perfil necessário para a pesquisa e em seguida, solicita-se que a pessoa indique novos contatos com as características desejadas, a partir

de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista (VINUTO, 2014).

De acordo com Albuquerque (2009), os primeiros participantes contatados a aplicação da pesquisa são as chamadas “sementes”, que devem ter conhecimento da sua localidade, do fato acontecido ou das pessoas que vivem na comunidade. Esse mesmo indivíduo indicará outra pessoa de seu conhecimento para que também participe da amostra. Esses serão os “filhos das sementes”. Para que se tenha uma amostra considerável deve-se selecionar um número inicial de sementes que, preferencialmente, devem exercer certa liderança no espaço de a ser estudado e conhecer muitos membros da localidade.

A autora citada apresenta como vantagem dos métodos que utilizam cadeias de referência a identificação de população oculta mais facilmente identificada por outros membros dessa população. De acordo com Sanchez e Nappo (2002), a escolha de sujeitos por meio da técnica metodológica “Bola de Neve”, a partir de informantes chave permite que se conheça a população investigada e se atinja diferentes grupos. Assim, alcança-se a maior diversidade e é possível ter uma maior compreensão sobre o universo estudado.

Para a coleta de dados serão utilizadas entrevistas com um roteiro semiestruturado (anexo III) o qual será aplicado com as agricultoras envolvidas na pesquisa. O roteiro de entrevista semiestruturado, uma vez que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias de forma a enriquecer a investigação, possibilita que o entrevistado discorra sobre suas experiências a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, ao mesmo tempo que permite respostas livre e espontâneas do informante (TRIVINÓS, 1987). Além disso, a entrevista semiestruturada, por ser baseada em roteiro, fornece ao entrevistador flexibilidade para ordenar e formular perguntas durante a entrevista (GODOI, C. & MATTOS. P., 2006).

Na estruturação do roteiro de entrevistas procurou-se responder aos objetivos do presente estudo e, para isso, foi dividido em três blocos, onde o primeiro são questões referentes à composição familiar, produção, acesso à créditos, assistência técnica, gestão da propriedade; o segundo bloco refere-se ao período anterior à transição agroecológica e o terceiro bloco é formado por questões relacionadas ao período atual.

Na visão qualitativa o investigador está impedido de determinar previamente o número de entrevistas necessárias à sua investigação. A definição desse número é flexível e depende do desenvolvimento teórico do trabalho. O pesquisador se quiser, e considerar necessário, pode voltar ao campo e ampliar o número ou aprofundar a conversação com os entrevistados (GODOI. C. & MATTOS, P., 2006).

Nesta pesquisa o critério de escolha das entrevistadas será identificar, através da observação das visitas de campo, as mulheres consideradas pioneiras de cada uma das comunidades estudadas. Elas serão as mulheres consideradas “sementes”, que indicarão outras mulheres dos assentamentos que possam ser personagens da pesquisa também consideradas por elas como pioneiras. Mulheres pertencentes às OCS’s serão entrevista de acordo com a participação nos grupos, seja desempenhando papéis de liderança ou diretamente na produção orgânica ou comercialização.

Também serão realizadas entrevistas com outros agentes relevantes para o desenvolvimento dos grupos de mulheres, tais como consumidores, maridos, agentes da assistência técnica e da prefeitura.

Uma vez identificados esses sujeitos serão contatados para orientações e esclarecimentos quanto à pesquisa e para o preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo I). A partir dessa ação os sujeitos serão convidados a participar das entrevistas com questionários semiestruturados. O conteúdo das entrevistas será transcrito para uma análise mais detalhada do material coletado.

O presente estudo utilizará o método análise de conteúdo para dar sentido aos dados coletados nas entrevistas. Dallagnelo e Silva (2005) afirmam que a análise de conteúdo visa o conhecimento de ordem psicológica, sociológica e ou histórica, deduzindo com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens específicas. Enfim, a análise de conteúdo vai além do texto. Ela busca entender a mensagem, o significado transmitido pela mensagem e aquilo que pode estar implícito. Para tal método é preciso passar por três etapas: a pré-análise, a exploração e a interpretação de dados, sendo a primeira etapa a que definimos os objetivos e formulação de hipóteses; a segunda é a etapa em que se define o recorte definitivo da pesquisa, agrupando os dados e informações coletados, analisados dentro de um contexto; e na terceira é a fase de reflexão com base nos materiais coletados e estudados e gerar significado aos resultados obtidos.

Para dados complementares serão analisados dados do Censo Agropecuário de 2006 em comparação aos novos dados colhidos no Censo de 2016. Também serão analisados os números de agricultoras cadastradas como produtoras familiares orgânicas no sistema de informação contidas no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, identificando o desenvolvimento das mulheres na atividade agroecológica.

Resultados Preliminares

Através de análise de trabalhos já realizados envolvendo as mulheres no meio rural, questões de gênero e agroecologia podemos apontar alguns resultados importantes de alguns autores sobre o tema estudados nesta dissertação.

Muito pouco se conhece sobre as relações que se estabelecem no interior dessas famílias rurais. Os estudos tradicionais apontam a agricultura familiar como exemplo de papéis e tarefas compartilhadas entre os sexos e as gerações.

As pesquisas desenvolvidas por Silliprandi (2015) indicam que a partir dos anos 2000 um novo cenário começou a se delinear no campo agroecológico e em outras esferas: as mulheres agricultoras passaram a apontar para novas questões, fazendo exigências para ao Estado, para a sociedade e para os próprios movimentos, questionando o lugar destinado a elas nesses modelos. Estavam se constituindo como novos sujeitos políticos.

A autora apresenta diversos aspectos importantes sobre essas relações sociais e familiares. Dentre eles, o acesso a recursos produtivos e aos bens simbólicos associados a agricultura familiar é marcado pelas relações de poder entre homens e mulheres, e que existem limites impedindo que as mulheres possam interferir no uso desses recursos; o envolvimento das mulheres com os temas de reprodução e dos cuidados está relacionado às suas atribuições de gênero, ainda que elas mesmas estejam gestando propostas para quebrar com essa exclusividade; as relações entre os seres humanos e a natureza está vinculada ao fato de terem uma inserção determinada na estrutura produtiva junto a uma característica subjetiva como “cuidadoras” das pessoas e dos demais seres, o que não acontece com os homens (SILLIPRANDI, 2015).

- **A dificuldade em assumir lideranças.**

É muito frequente que grupos mistos que trabalham com OCS não dêem conta de envolver mulheres nos espaços de decisão ou nas visitas. Quando elas estão presentes, muitas vezes é em atividades relacionadas ao trabalho doméstico, como o preparo das refeições para os dias de visitas.

Fazer uma discussão de como as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho excluem as mulheres e geram desigualdades torna-se aspecto fundamental para garantir a sua participação nos processos de certificação.

As questões que envolvem a autonomia das mulheres em relação ao seu trabalho também passam pelo o que é remunerado e não remunerado. Os trabalhos que envolvem os cuidados domésticos geralmente ocupam a maior parte do tempo das agricultoras. Quando elas conseguem obter renda por meio de seus trabalhos nos quintais e roças, este espaço imediatamente começa a ser assumido pelo homem da família na forma de controle sobre as decisões.

Para a FAO (2014), do ponto de vista da autonomia, a pior situação é a das trabalhadoras rurais não remuneradas, porque conformam um grupo que, no geral, é desconhecido e não tem apoio direto. É muito difícil que a mulher possa conquistar autonomia se a sua condição econômica na família permanece desigual. A possibilidade de acesso à renda transcende o nível puramente monetário, convertendo-se em recursos para expressão e direito à voz na sociedade, bem como para assegurar a cidadania das mulheres.

As mulheres têm percebido que os processos de certificação participativa contribuem tanto para valorizar ainda mais seus produtos, considerando os valores pagos por mercados institucionais com até 30% acima dos produtos convencionais, como também para garantir seus espaços de produção e decisão dentro da unidade familiar.

- **Desvalorização social: a divisão sexual do trabalho no meio rural.**

As mulheres transitam entre os espaços da casa, do quintal ou da feira, ou seja, entre os espaços considerados da produção e da reprodução. As mulheres também desenvolvem a capacidade de fazer várias tarefas ao mesmo tempo e ainda têm sempre a preocupação com as pessoas que delas dependem, sobretudo as pessoas que demandam mais cuidados e atenção permanente por motivos de idade ou de saúde.

Quando comparados os percentuais de mulheres ocupadas e sem remuneração entre os setores da economia, a invisibilidade do trabalho feminino se evidencia. Segundo Melo & Sabato (2005), na agropecuária os índices são muito elevados em razão da produção e do autoconsumo. Segundo os autores, as causas estão nas atividades desenvolvidas por estas mulheres, que por não gerarem rendimento, são vistas como extensão da posição da mãe, esposa ou dona de casa e deste modo provedora das necessidades da família cabendo ao pai o papel de gestão e de maior controle da unidade familiar.

As práticas agroecológicas permitem vencer a chamada “divisão sexual do trabalho”, que separa o conjunto do trabalho que realizamos ao longo da nossa vida entre atividades “de mulheres”, teoricamente mais leves, ou “de homens”, “mais pesadas” ou “mais intelectuais”.

A agroecologia oferece boas bases para construir a igualdade de gênero, pois permite diferentes usos do espaço e do tempo para realizar de forma combinada atividades produtivas e reprodutivas. Dessa maneira, a princípio, rompe-se a barreira da divisão sexual do trabalho que separa essas atividades e estabelece hierarquias entre elas. Elas buscam de forma permanente equilibrar o trabalho e a produção para autoconsumo e para venda; valorizam a produção dos quintais, mas não querem se restringir a eles.

Com a participação de mulheres nos espaços de comercialização direta, seja em compras institucionais como PAA e PNAE, como em feiras, as agricultoras envolvidas no processo valorizam o reconhecimento do que produzem, de sua variedade e de terem encontrado mercado para produtos que elas nem imaginavam que tivessem preço, como o caso das ervas medicinais produzidas nos quintais como o cará-moela, a beldroega, a serralha ou ora-pro-nóbis. Muitas destas plantas conhecidas como plantas alimentícias não convencionais (PANCS) são hoje valorizadas pela disseminação de informações sobre suas propriedades nutricionais, medicinais e terapêuticas.

Um estudo desenvolvido pela Sempre Viva Organização Feminina (SOF, 2018), onde foram discutidas práticas para a autonomia das mulheres na agroecologia, concluiu que quando a repartição ou o rodízio dos afazeres do cuidado da casa ou da roça são repensados a partir da autonomia, trabalhos domésticos como o cuidado com os filhos e a manutenção da alimentação e da limpeza da casa passam a ser uma responsabilidade de todas as pessoas da família, não apenas das mulheres ou das filhas. Outro resultado é o

aumento da qualidade do trabalho na produção de hortifrutigranjeiros, uma vez que as mulheres passam a ter mais tempo disponível para se envolver em outras tarefas e não somente nos afazeres domésticos. (SOF, 2018)

Por outro lado, no trabalho de pesquisa de Alves (2016) sobre o papel social de mulheres na transição agroecológica envolvendo agricultoras de Santa Catarina, na maioria dos casos analisados, a superação da histórica falta de reconhecimento acerca da contribuição das agricultoras não tem sido suficiente para causar modificações quanto aos trabalhos realizados no âmbito doméstico. Neste aspecto, há uma série de padrões sobre os papéis sociais de gênero que têm sido encaradas, inclusive pelas próprias entrevistadas, como normais ou aceitáveis. Tendo em vista a interiorização da divisão sexual do trabalho, mesmo com o desejo das próprias mulheres por novas posições, valorizadas e reconhecidas, permanece presente o discurso da imagem e identidade feminina como fortemente ligadas à realização de sacrifícios para garantir a manutenção do bem-estar familiar.

Ainda é preciso avançar muito para que a redistribuição desse trabalho se torne uma realidade, seja com os homens, no interior da família e da comunidade, seja na sociedade por meio de políticas públicas do Estado.

- **A manutenção dos quintais, a segurança alimentar e a transmissão dos saberes tradicionais.**

Segundo Emma Silliprandi (2015), é sabido que são as mulheres quem primeiro defendem a conversão das propriedades para modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente. São elas as mais afetadas quando ocorrem problemas de saúde com membros da família, pois é sobre elas que recai o trabalho dos cuidados. Assim, a opção pelo envolvimento com práticas agroecológicas se dá, primeiramente, por questões de saúde e pela busca da alimentação saudável.

O trabalho agrícola da mulher é geralmente invisível, porque é voltado à reprodução familiar e planejado conforme as necessidades alimentares da família, o que facilita, de certa maneira, a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra – como consorciamentos, capina manual, adubação orgânica com sobras da alimentação, integração animal/vegetal, dentre outras, feitas em pequenos lugares do lote agrícola (DUVAL, 2009). Essa relação com a terra é considerada de afetividade, da qual

surtem os quintais domésticos, “lugares” ou “sítios” do autoconsumo, que são mais de responsabilidade das mulheres e possuem diversas funções no interior de uma propriedade rural familiar.

Segundo Woortmann (1993; 2011), as mulheres também são detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédios feitos por elas mesmas, novenas e orações para proteção do homem e dos filhos, ou seja, outra dimensão do autoconsumo referente à produção de remédios caseiros cuja religiosidade e magia são fortes componentes.

Segundo Brumer (2005), para as mulheres assentadas o acesso à terra também está associado ao bom estado nutricional das famílias, pois elas cuidam da produção da alimentação (de atividades agrícolas às culinárias). Porém, as mulheres também podem obter renda quando produzem e comercializam, ou quando têm emprego fora do lote, o que as levam a priorizar essa obtenção de renda ao invés do trabalho no lote. Mesmo quando possuem fontes de renda, elas tendem a aplicar o dinheiro ganho em produtos para a família, para o estado nutricional dos filhos, por exemplo, enquanto homens muitas vezes gastam em despesas pessoais.

O papel das mulheres na constituição desses lugares de sociabilidade via autoconsumo (festivo, solidário ou associativo) é, muitas vezes, de liderança. Neste processo, as mulheres assumem o comando. Pautadas por relações de sociabilidade, as mulheres podem ser protagonistas da construção de um leque de alternativas produtivas que possa garantir a segurança alimentar e a autoestima diluindo constrangimentos e assegurando a retomada das rédeas do desenvolvimento a partir de suas próprias iniciativas.

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber sobre os agroecossistemas que manejam. Desempenham importante papel como administradoras do fluxo de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e filogenéticos e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar (SEMA, 1997). Esse papel é tão mais importante quando considerarmos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como ponto chave para a defesa da agricultura familiar com base agroecológica e também se considerarmos que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural transmitida pelas mulheres entre as gerações.

As atividades de diversificação supõem não apenas a reprodução material dos assentados e um melhor reconhecimento do papel da mulher, tanto na esfera doméstica, quanto na política, mas também uma reprodução cultural – através de um conjunto de saberes tradicionais inscritos na história dos tais grupos sociais – e uma original produção simbólica, (re)desenhando grupos de convivência e sociabilidade, nos quais as atividades ligadas à preparação diária da alimentação (o sustento mais trivial) acabam sendo uma base. Lugar de necessidades e, talvez, de expansão de liberdades.

- **A importância do reconhecimento das mudanças que estão ocorrendo na agroecologia.**

Conforme as experiências de transição foram sendo consolidadas pelas mulheres, ocorreram alterações nas relações familiares e sociais. Estas modificações não foram apenas porque as experiências passaram a ter validação econômica na esfera produtiva, mas também pela persistência e convicção das mulheres em relação à concretização dos projetos. Parte do que se pode chamar de empoderamento destas mulheres, envolveu a desconstrução ou a amenização das estruturas que reproduzem a posição subordinada da mulher, dentre as quais, aquelas que conformam as noções de gênero (SCOTT, 1995).

Na pesquisa realizada por Alves (2016), os efeitos diretamente percebidos da participação das mulheres em projetos de transição de modelos convencionais de produção para a agroecologia foram, principalmente, a afirmação das suas identidades e a articulação de ações estratégicas para a melhoria das suas condições de vida e de seus familiares. As iniciativas conduzidas por estas agricultoras promoveram a saída progressiva da invisibilidade na esfera do trabalho para a posição de chefes de empreendimento. Nos casos em que as agricultoras entrevistadas trabalhavam sem o apoio da mão de obra da família, esta chefia ficou restrita ao empreendimento agroecológico.

De maneira geral, considera-se que ocorreu uma modificação positiva dos papéis sociais desempenhados pelas agricultoras familiares. Em todos os casos analisados, elas deixaram a posição caracterizada como ajuda, para assumirem o papel de protagonistas no desenvolvimento da atividade de base agroecológica que elas exercem. Também foi constatado que, a atuação no contexto da produção agroecológica, propiciou a inserção das agricultoras na esfera da comercialização, garantindo a detenção de recursos financeiros por

parte das mulheres, bem como assegurou sua inserção nas esferas decisórias e na gestão dos estabelecimentos. (ALVES, 2016)

De acordo com os estudos realizados por Jancz et. al. (2018) sobre a relação entre a autonomia das mulheres e a agroecologia na região do Vale do Ribeira, as OCS e a produção agroecológica propiciaram um novo processo de reflexão e de auto-organização para os grupos de agricultoras. Pensar em estratégias de se inserir no mercado, comparar os produtos e manejo da produção orgânica com a convencional, pensar as relações solidárias com os consumidores, debater qual mercado querem são algumas delas. Estas questões trazem aprendizados para ampliar as possibilidades de melhorias nas vidas dessas mulheres.

Os desafios para promover a autonomia econômica feminista se sintetizam em um tripé: produção, comercialização e organização das mulheres. Frente a isso, é fundamental desenvolver estratégias de comercialização que articulem o autoconsumo, a doação, a troca, as feiras e os grupos de compra com ampliação do acesso às políticas de mercado institucional, para que haja maior possibilidade de mulheres terem controle sobre o próprio trabalho. (SOF, 2016)

- **A participação das mulheres nas OCS's estudadas.**

Em análise ao cadastro nacional de produtores orgânicos foram identificados quatro grupos de organizações de controle social na região de Araraquara denominadas OCS Grupo Orgânico Fortaleza, OCS Grupo Orgânico Familiar Chico Bento, OCS Orgânicos Bela Vista e OCS Orgânicos Monte Alegre, nos quais foram contabilizados 44 produtores ligados diretamente à produção orgânica, sendo 21 homens e 23 mulheres.

Observando individualmente cada organização, nos deparamos com quatro situações semelhantes, como apresentado na tabela abaixo:

Tabela 3. Quantidade de homens e mulheres participantes das OCS's e porcentagem de mulheres em relação ao número total de participantes de cada grupo.

Nome da Organização	nº total de produtores	nº de mulheres	nº de homens	% de mulheres
OCS Grupo Orgânicos Fortaleza	23	13	10	57
OCS Grupo Familiar Chico Bento	4	2	2	50
OCS Orgânicos Bela Vista	10	5	5	50
OCS Orgânicos Monte Alegre	7	3	4	43
TOTAL	44	23	21	52

Fonte: Dados obtidos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA, abril 2018.

De acordo com os dados obtidos, verifica-se primeiramente a diferença entre o número de produtores totais cadastrados em cada Organização, sendo que a OCS com o menor número de integrantes é o Grupo Familiar Chico Bento, com apenas 4 produtores, seguida da Orgânicos Monte Alegre, com 7 produtores e a de maior número de produtores cadastrados, OCS Grupo Orgânicos Fortaleza, com 23 integrantes.

Quando comparamos o número de mulheres inseridas em cada grupo encontramos um certo equilíbrio entre homens e mulheres nas quatro organizações.

Analisando os números de produtores do Estado de São Paulo cadastrados em 82 Organizações de Controle Social do CNPO, de 804 produtores, 415 são homens e 389 mulheres, portanto a relação é de aproximadamente 52% homens e 48% mulheres, porcentagens muito semelhantes às encontradas nas OCS's, especialmente no Grupo Familiar Chico Bento e Orgânicos Bela Vista, mostrando um equilíbrio na participação de homens e mulheres na formalização da produção orgânica da agricultura familiar.

Outro ponto importante a ser destacado neste trabalho é o papel social desempenhado pelas mulheres nas Organizações estudadas. Na OCS Grupo Familiar Chico Bento a principal responsável pelo controle dos registros da produção, prestações de contas, comercialização dos produtos em feiras e nos mercados institucionais é uma mulher, e não está cadastrada no CNPO por não possuir o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP), o qual é obrigatório para a inserção do produtor no sistema de cadastro do MAPA. Do mesmo modo que na OCS Orgânicos Monte Alegre e na OCS Grupo

Orgânicos Fortaleza a representante legal eleita pelo grupo e responsável pela parte burocrática da organização também é uma mulher.

Portanto, analisando os dados iniciais das quatro OCS's estudadas, podemos afirmar que a participação da mulher se faz mais representativa, principalmente pelas funções desempenhadas por elas nas atividades do grupo, tanto comercialmente quanto nas lideranças das organizações.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas da agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALVES, N. F. **Ressignificação dos papéis sociais de mulheres na agricultura familiar de bases agroecológicas**. Florianópolis, SC, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: out. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/ACS, 2008).

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Controle Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 05 mai. 2018.

BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005, p.351-371.

CARDOSO, E. M.; RODRIGUES, V.S. **Mulheres construindo a agroecologia no Brasil**. Revista Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 12-16, dez. 2009.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato**: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

FERRANTE, V.L.S.B. **A Chama verde dos Canaviais**. Tese de Livre Docência. UNESP, Araraquara, 1992.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2000.

HIRATA H.; KERGOAT D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IFOAM. General Assembly em Mar Del Plata. Argentina, Nov. 1998.

KARAN, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, DO CFC/CCE/UFSC, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2014.

LEAL, L. S. G. **A política de crédito rural como potencial fator de alteração nas relações de gênero**: um estudo de caso do PRONAF-Mulher nos assentamentos 8 de Junho-PR e Sepé Tiaraju-SP. FCAVJ, 2011.

MELO. L. A. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. Trabalho apresentado no **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, 2002.

MONTEIRO, V. **O legado de Ana Primavesi na agroecologia**. Disponível em: http://aao.org.br/aao/artigos-e-noticias.php?id=375&p=&search=&cat_id=&tags=Agricultura+Org%C3%A2nica>. Acesso em: 9 jan. 2017.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. **Perspectivas de gênero**: debates e questões para as ONG's. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.

PENTEADO, S. R. **Introdução à agricultura orgânica**: Normas e técnicas de cultivo. Campinas: Editora Grafimagem, p. 110, 2000.

PIMBERT, M. P. Mulheres e soberania alimentar. In: Mulheres construindo a Agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, dez. 2009. p. 41-45. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v6n4.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. / Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, 22, (44), p. 203-220, ago/dez. 2014.

WOORTMANN, E.F. Práticas eco-agrícolas tradicionais: ontem e hoje. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, n.2, Nupedor/Uniara, p.15-32, 2011.